 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 014. Antropologia das Emoções

Maria Claudia Pereira Coelho (ICS/UERJ) - Coordenador/a, Ceres Victora (UFRGS) - Coordenador/a, Eduardo Moura Pereira Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - Debatedor/a, Raphael Bispo dos Santos (UFJF) - Debatedor/a, Iara Beleli (Núcleo de estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP) - Debatedor/a A antropologia das emo?es vem se consolidando como ?rea aut?noma no Brasil h? cerca de vinte anos. Ao longo desse percurso, podemos identificar um conjunto de tem?ticas agrupadas em torno de dois eixos principais: as tem?ticas ligadas a ?reas da vida associadas ? dimens?o ?privada? e as tem?ticas vinculadas ao ?mundo p?blico?. Para as primeiras, podemos arrolar problemas de pesquisa ligados ao corpo, ? sexualidade ou a sa?de/doen?a; para as segundas, listar?amos os movimentos sociais, a viol?ncia ou os universos profissionais/institucionais. Esse Grupo de Trabalho tem como proposta avan?ar na supera??o dessa dicotomia, incluindo em seus focos de interesse, ao lado do elenco j? can?nico de tem?ticas pass?veis de abordagem pela antropologia das emo?es, novos problemas concebidos sob a ?gide da reflex?o sobre essa dicotomia. As principais tem?ticas a serem contempladas s?o: a) emo?es e institui?es/pr?ticas estatais; b) emo?es e pol?ticas p?blicas; c) emo?es, moral e formas do cuidado; d) emo?es, viol?ncia e vitimiza??o; e) emo?es e movimentos sociais; f) emo?es e discursos/pr?ticas profissionais; g) corpo, sensorialidade e emo?es; h) emo?es, g?nero e sexualidade; i) emo?es e experi?ncias de sa?de/doen?a.

Movimentos sociais, gênero e emoções: a Lei do Feminicídio no Brasil e as ameaças sofridas por mulheres em contexto de violência

Autoria: Brena O'Dwyer

Este work resulta de uma pesquisa de doutorado em andamento e objetiva, a partir de uma breve descrição dos relatos e das audiências de mulheres atendidas por uma Defensoria Pública de Violência Doméstica Contra a Mulher no estado do Rio de Janeiro, analisar as ameaças de morte sofridas por elas em situações de violência através da perspectiva teórica dos estudos de gênero, sexualidade e emoções e das respostas emocionais que essas mulheres dão as ameaças. Frases como ?vou fazer picadinho de você?, ? se você sair de casa vou te meter a faca? ou ?se eu for pra cadeia vou me juntar aos bandidos e mandar te matar? são referências comuns nas falas das mulheres tanto nas delegacias ? que puderam ser acessadas através dos processos na defensoria ? quanto no próprio atendimento e nas audiências. O medo aparece como principal emoção mobilizada por elas em resposta e é também acionado nas audiências e nas medidas protetivas. O artigo atenta ainda para a centralidade da violência contra a mulher no debate feminista nacional e para a relação entre os movimentos feministas e a atuação na Defensoria acompanhada, de forma a analisar como e porque a Lei do Feminicídio ? criada no Brasil em 2015 e que passa a caracterizar o feminicídio como crime hediondo ? não é utilizada nesses contextos, ainda que haja ameaça de morte, mas continua vinculada a Lei Maria da Penha nos discursos oficiais como no Dossiê Mulher (2018). Assim, a violência aparece como categoria central no movimento feminista. As emoções aparecem também como eixo de análise para a interpretação dos movimentos sociais, sendo a indignação e a raiva emoções mobilizadas nos movimentos feministas para a criação de legislação. Em contrapartida, os movimentos sociais podem encontrar desafios nesse processo de construção de problemas sociais e definições de leis como foi o caso da exclusão de mulheres trans na Lei do Feminicídio. O contexto de criação da legislação com os movimentos conservadores no Brasil contemporâneo pode ser pensado a partir da noção de pânicos morais já que durante a CPMI para a concepção da lei a qualificação de feminicídio se modificou de ?por motivos de gênero? para ?por motivos de

 ISBN: 978-85-87942-61-6

sexo feminino? e, assim, foi aprovada. Portanto, a comunicação propõe um deslizamento entre o movimento feminista, o processo de criação da legislação e as narrativas de mulheres que sofreram ameaças de morte e violências em relacionamentos a partir das emoções suscitadas em cada uma dessas dimensões.
Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**